

Perguntas de um crente à escola pública dos seus filhos

1

2002 – Relatório Régis Debray ao Governo francês sobre o ensino não confessional na escola pública;

2007 – ‘A Religião nos Manuais Escolares’ (Esther Mucznik – Comissão da Liberdade Religiosa);

2008-2009 – Diálogo com o Ministério da Educação acerca de um módulo a inscrever no conteúdo programático de Formação Cívica (8.º ano) denominado ‘As Religiões na Sociedade’.

A) As religiões como chaves de compreensão da cultura.

Quanto mais sabor e sentido profundo têm as Redondilhas de Babel e Sião depois de lido ou escutado o Salmo 137? E que demais frutos despertaram no romance de Lobo Antunes ou no Coro dos Hebreus imortalizado no Nabucco de Verdi?

Julgamos razoável ensinar o panteão das divindades egípcias ou os atributos dos deuses do Olimpo e passar ao lado da redação dos evangelhos ou das epístolas de Paulo de Tarso?

É, ou não, uma forma de analfabetismo ignorar como se lê uma catedral gótica, desconhecendo as razões da sua planta e implantação, o sentido e alcance dos elementos decorativos, a começar pelo tímpano e a acabar nos vitrais?

Achamos supérfluo saber que o sinal distintivo das farmácias evoca um episódio protagonizado por Moisés, no deserto, que a cruz está presente num elevadíssimo número de bandeiras nacionais, que as dozes estrelas da bandeira da UE evocam o Apocalipse ou que a palavra oxalá encerra uma invocação de Deus?

Como escutar a *Paixão segundo São Mateus*, ainda que a inefável *wikipédia* nos preste tudo sobre a vida e o génio de Bach? Onde entra Jesus de Nazaré, o caminho do Calvário, a Morte na Cruz e o triunfo da vida pela Sua Ressurreição que os cristãos creem fonte de Salvação para os batizados ou, mais ainda, para todas as mulheres e homens de boa vontade? Porventura, interroga-se o estudante de música por quem se teria apaixonado Bach e até suponha talvez que São Mateus – o segundo depois de um primeiro – seja a etiqueta do disco ou o nome da orquestra?

Damo-nos conta de que a escola tem de ser um veículo de transmissão de conhecimentos que, em outros tempos. Eram reservados a uma elite social ou transmitidos na família?



B) Os preconceitos (irracionais) da racionalidade.

Apesar dos contributos da antropologia e da filosofia ainda confundimos religião, superstição e magia?

Estará um aluno habilitado a distinguir nas prateleiras de uma livraria as secções de esoterismo e de religião ou a ter uma visão crítica da autoajuda de pacotilha, centrada no eu e nos cristais ou nas folhas de chá?

É proporcionado aos alunos saberem que muitas religiões desenvolvem a partir de métodos racionais o que chamamos teologia e que, com inteira legitimidade, laboram um pensamento social?

Por que motivo as religiões são sempre apresentadas no pretérito, como se o seu sentido pudesse apenas captar-se retrospectivamente, inculcando a ideia de um fenómeno que «ainda» subsiste, alimentado no atavismo e em oposição a todos os progressos benfazejos da modernidade?

Quando haverá maturidade para a escola explicar que fé e ciência proporcionam duas sabedorias compatíveis e complementares, num diálogo que vem desde os primórdios do pensamento?

Julgarão os alunos que a maioria dos cristãos toma o poema da Criação no livro do Génesis como um compêndio científico?

Quantos professores e alunos saberão que a teoria do *Big Bang* se deve a um sacerdote católico, como já antes os primórdios da

genética a um monge beneditino ou que foi o Observatório do Vaticano a patrocinar Galileu?

Como privar gerações de alunos do *instrumentarium* mínimo para perceberem que o crente não é um autómato telecomandado e que pensa ou deve pensar pela sua cabeça?

C) O receio asséptico da contaminação.

Estamos dispostos a conceder que a religião na escola não deve ser nem mais nem menos considerada do que as artes, a literatura ou o desporto como parte essencial do livre desenvolvimento da personalidade dos nossos filhos?

Perdura o medo de alguma forma de contaminação espiritual? Será que é por estudarem a lírica de Garrett que se apaixonam por quem, nós pais, não queríamos?

Será que é com o pouco que aprendem de música que deixam tudo e todos para correrem o mundo de guitarra às costas?

É por aprenderem a lei da gravidade que se fazem grandes ciclistas?

Em todo o caso, é muito provável que, privados de poesia, privados do gosto musical, sem tomarem o gosto por um bom passeio de bicicleta, ficam privados de uma ampla margem da sua futura e crescente liberdade!

Se julgarem que a água se resume a moléculas de oxigénio e hidrogénio nem aprendem a nadar nem contemplar o que ela

representa no batismo dos cristãos, nas abluções dos muçulmanos ou nas margens dos rios sagrados da Índia.

Ao lecionar os regimes e os partidos políticos estaremos a inculcar diretrizes ideológicas nos alunos? Se é possível ensinar o fauismo sem potenciar novas feras, então, por que não estudar as grandes correntes religiosas dos nossos tempos?

Teremos medo de que o conhecimento dos escritos sagrados possa entorpecer o raciocínio cartesiano dos nossos filhos ou somos nós a querer programar o seu pensamento e tentar delimitar o universo das suas escolhas futuras?

É legítimo demitir-nos de lhes dar a conhecer a riqueza e variedade dessas vastas bibliotecas, como a Bíblia, que não é nem pretende ser nenhum compêndio de biologia, que não é nem pretende ser nenhuma seleta de histórias moralistas, mas que é um livro de luzes e sombras, de múltiplos géneros literários e formas de sabedoria acerca da humanidade e da incessante procura de sentido para o infinito?

Receia o Estado que os alunos possam converter-se a alguma religião, como se aprenderem inglês os tornasse britânicos, lerem um romance policial os tornasse detetives ou estudarem latim os inspirasse subitamente a conquistar a Gália?

D) Religião, espaço público e sociedade aberta

Quanto nos falta para admitir que a compreensão integral do Outro e aquilo a que chamamos tolerância apenas se constroem, vencendo o medo supersticioso que algum despotismo iluminado conserva do facto religioso?

Como podemos fomentar a democracia participativa, a troca de ideias no espaço público, se entre crentes e não crentes cresce um abismo de ignorância, terreno fértil do preconceito e do fanatismo?

E falando em democracia, para quando uma palavra nas aulas de História acerca da influencia determinante que tiveram os capítulos das ordens religiosas no parlamentarismo britânico, muito mais próximo do que Péricles?

Para quando valorizar a revolução de costumes empreendida pelo cristianismo, a começar pela afirmação do primado da pessoa e da sua dignidade, homem ou mulher, escravo ou homem livre, judeu ou grego? Quantos saberão que as perseguições romanas aos primeiros cristãos se deviam ao facto de serem considerados ateus?

Para quando perceber que o nascimento de cada religião trouxe consigo roturas com rotinas instaladas, algumas de opressão e que abrem um mundo de novas esperanças, como terá acontecido no século XV com o siquismo?

Banida a religião do espaço público, segundo um programa laicista de descontaminação, não raro, bordada com a filigrana da igualdade, damo-nos conta de como isso mina os alicerces de uma convivência indispensável à sobrevivência do Estado de direito?

Temos presente que a separação entre o Estado e as igrejas não é uma separação de pessoas, de sociedades ou de culturas?



7

E) Conhecimento das religiões e conhecimento da fé

Como não reduzir os hinduísmos e os budismos ao pitoresco ou a deles tomar o utilitário para fins de terapia de desenganos, deitando todo o resto pela borda fora?

Qual a responsabilidade do ensino numa visão caricatural e linear das religiões, marcada por estereótipos e generalizações infundadas e abusivas?

Bastará identificar frivolamente nas religiões os turbantes ou o comprimento das barbas, como se as espreitássemos em missão etnográfica? Basta a curiosidade pelo pitoresco ou pelo bizarro das formas de oração, pelas prescrições alimentares, pelos interditos de pureza que fazem sorrir, pelos calendários das festas ou pelas cores, pelos cheiros e paladares exóticos? Ou admitimos que nada disso faz sentido sem vislumbrar o sentido que a fé tem na vida pessoal e comunitária dos crentes?

O que pensaria de nós um marciano se apenas o deixássemos ver um GPS, de quem recebemos comandos em voz maviosa, um baralho de cartas com estranhas figuras que baralhamos e distribuímos sobre uma mesa de pano verde, as bancadas de um desafio de futebol no delírio de um golo, um estojo de *make-up* ou um conjunto de talheres de peixe?

Não estaremos a privar os nossos filhos de captarem a beleza de um toque de sinos, o esplendor do silêncio na pequena ermida de uma aldeia ou a frescura nos claustros de um convento, os diferentes

timbres do chamamento à oração que chegam do minarete, o fervor de quem acende uma vela no termo de uma peregrinação?

Por que motivo o Islão entra no ensino da História sempre de espada erguida, apenas de cada vez que o califado chega às portas da Europa, passando por cima da vida do Profeta, do Alcorão, e da importância dos cinco pilares na vida de um bom muçulmano?

Por que motivo o catolicismo surge quase sempre nas páginas menos luminosas da sua história, quase sempre em redor da Inquisição e dos autos-de-fé, mas sem referir, por exemplo, que, em Portugal, uma das suas últimas vítimas foi um jesuíta por se atrever a denunciar o Marquês de Pombal? E porque tão raramente surgem os gestos e palavras proféticas de um Francisco de Assis, que em contracorrente com as cruzadas vai ao Egito dialogar com o sultão, de uma Teresa d'Ávila, ou, entre nós de um Gil Vicente, lúcido pensador que antecipou Trento e de um Frei Bartolomeu dos Mártires que lá foi pôr os pontos nos is, de um Bartolomeu de las Casas, na defesa dos índios, de um Óscar Romero ou de uma Teresa de Calcutá na defesa dos mais desgraçados?

E nos protestantismos, por que se passa em claro um Dietrich Bohnoeffler e tantos homens e mulheres de fé que resistiram à loucura genocida do nacional-socialismo? Por que se sonega a inspiração cristã da luta pelos direitos cívicos de um Reverendo Luther King?

Para quando percorrer o século XX e os horrores dos regimes totalitários sob a candeia do ateísmo, para perceber como tem

demasiadas vezes sido incensado como tendo as mãos imaculadas de sangue inocente?

Que receio têm os programas educativos em relação ao pensamento filosófico medieval para continuar nas arcas perdidas da Idade das Trevas, de tal sorte que me parece lícito a um aluno julgar que, depois de Platão e Aristóteles, Descartes foi o primeiro homem que voltou a pensar?

Como ignorar o que é o judaísmo sem ficarmos detidos nos seus perseguidores, antes perscrutando a tenacidade da sua fé monoteísta e a fidelidade à Torah?

Estamos, por fim, em condições de reconhecer que se infiltrou no ar do tempo um fundamentalismo ou integralismo secularista que se limitam a tolerar a expressão da fé dos homens se esta ficar acantonada ao reduto das vidas privadas?